

Prefácio

Regresso feliz a um rei triste

Luís Miguel Duarte
(Universidade do Porto / CITCEM)

Em 2002 iniciou-se formalmente o projecto das biografias dos reis de Portugal para o “Círculo de Leitores”. Foram feitos os convites e dadas as primeiras instruções. Comecei então uma coabitação com D. Duarte, que durante os três anos seguintes teria de tudo o que as coabitações geralmente têm: cumplicidade e estranheza, proximidade e distância, calor e frieza (com picos extremados de quase paixão e quase repulsa – esta menos pelo personagem em si e mais pelas exigências do trabalho), momentos em que senti que o compreendia (eu estava quase a escrever - “que nos compreendíamos”...), outros em que o percebi para sempre inatingível, como aprendi nos livros que são todos os protagonistas de um passado distante, como me ensinaram mais de três décadas a estudar, investigar e ensinar História.

Sobre essa coabitação pesaram desde o início as condições definidas pelos responsáveis pela colecção: no final eu devia entregar um livro de 1.100.000 caracteres, uma *biografia*, ou seja, a narração ou a descrição de uma vida. Mais ambiciosamente, a história de uma vida, a de Duarte. E devia fazê-lo sem recorrer a uma erudição excessiva, reduzindo ao mínimo as notas de pé-de-página e, sobretudo, escrevendo para um público alargado e não especializado. Muito se discutiu depois esta última ideia: que público seria esse? Como defini-lo? Não me pareceu complicado: pessoas cultas e interessadas, que gostassem de ler e de História, mas sem preparação específica em História e, mais do que isso, sem paciência para alguma da erudição mais cerrada (e por vezes mais inútil) e da prosa mais aborrecida e tantas vezes menos cuidada dos nossos trabalhos.

Decididamente não se pedia um compêndio de erudição, nem uma obra exaustiva (se é que pode haver obras exaustivas sobre o que quer que seja) que falasse em tudo. Antes uma narrativa/descrição/história da vida de um ser humano que, durante alguns anos, foi rei de Portugal – que fosse coerente, escorreita, interpretativa. E que seria tanto mais conseguida quanto menos assuntos encerrasse definitivamente e quanto mais dúvidas e perguntas novas sugerisse – nunca consegui entender de outra maneira a investigação em história.

Algumas dimensões da vida de D. Duarte foram mais fáceis de pensar: as leis que promulgou, os actos de governo, os documentos que outorgou em seu nome, aquilo que escreveu, o casamento que fez, os filhos que teve. A morte. Quando quis passar da externa, visível, dos comportamentos, para o que mais me interessava – os valores, as crenças, os afectos, as relações com o pai, os irmãos, a esposa – senti que estava a pisar terrenos muito movediços. Por vezes temos o que disseram do rei, outras

vezes o que ele disse de si próprio – estamos provavelmente muito longe daquilo que Duarte pensava, sentia, temia, sonhava, era, “na intimidade do seu pensamento, livre e calma”, como escreveu Gedeão. Demorei-me no casamento e arrisquei na interpretação do seu “humor merencorico”, não me ficando pela descrição e pela explicação conveniente e exemplar que Duarte entendeu deixar por escrito, como cristão e como rei.

Trabalhei a escrita vezes sem conta. De facto, só parei – muito insatisfeito – perante o ultimato dos editores. E se para essa escrita me fartei de roubar ideias, construções, jogos de palavras, aos meus escritores de culto, para o título roubei a ideia ao magnífico “Ludwig, requiem para um rei virgem”, do realizador alemão Hans-Jürgen Syberberg, de 1972.

Acabei esgotado (como quase todos os meus companheiros de aventura), e com uma dúvida... - a dúvida: ter-me-ia eu conseguido aproximar um pouco mais de D. Duarte? Não sei. A sensação é familiar a quem trabalha nestas áreas: quando ficamos a saber um pouco mais sobre qualquer coisa percebemos ao mesmo tempo que há outro tanto que ignoramos. E aquilo que escrevi – como de resto os trabalhos que se seguem – disse quase tanto de mim como do rei estudado.

Em 2005, a primeira edição da minha biografia de D. Duarte estava cá fora e, a partir desse momento, a criatura começava uma vida independente do criador. Eu e D. Duarte despedimo-nos como amigos (devo confessar que já estávamos um pouco saturados um do outro) e cada um de nós foi à sua vida.

Os desígnios da historiografia são frequentemente insondáveis. Nunca imaginei que este rei mal-amado fosse conhecer, nos tempos subsequentes, tanta fortuna entre os investigadores. Em 2013, Ana Maria Rodrigues publicava uma biografia da esposa de D. Duarte, Leonor (*As Tristes Rainhas*); e no final deste ano, saía uma outra biografia do rei, de Margarida Garcez Ventura (*A Corte de D. Duarte. Política, Cultura e Afectos*). Antes disso, em Janeiro do ano anterior, teve lugar o congresso de que estas actas são o precioso resultado, com o título “D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade”. Pretendia-se reunir em diálogo e debate um conjunto de historiadores que vinham investigando aquelas dimensões da vida de D. Duarte ou do seu tempo.

É curioso: Duarte teve de longe o reinado mais curto das quatro dinastias (se exceptuarmos os casos muito específicos de D. Pedro IV e de D. Manuel II). É claro que se lhe juntarmos as duas décadas de ‘associação’ ao governo de seu pai (inexpressivo conceito, a pedir substituição rápida...), passamos para um respeitável quarto de século; e um quarto de século em que parece ter acontecido muita coisa em Portugal e na Europa. Ainda assim, porquê tanto interesse por este herdeiro accidental da Coroa? Porque a figura dele é, de facto, complexa, esquiva, desafiadora, atrevo-me a dizer irredutível a ambições de interpretação total e definitiva? Porque as duas primeiras gerações dos de Avis têm um *glamour* especial para os historiadores e para o público em geral? Porque foi o reinado do desastre de Tânger e da tragédia shakespeariana do Infante D. Fernando? Porque Duarte deixou escritos longos e de interpretação complexa? Quero acreditar que para tal surpreendente interesse por

este rei, o meu livro, publicado há nove anos, também ajudou com “a migalhinha da sua contribuição”, nas palavras do saudoso Frei António do Rosário.

Graças ao ambicioso subtítulo, que recordo - arte, cultura, poder e espiritualidade – qualquer dimensão da vida do infante/rei e do reino podia ser acolhida no encontro. E as 17 comunicações apresentadas, 15 das quais se publicam neste volume, cobriram de facto imenso terreno. As organizadoras agruparam-nas em três secções coerentes. Nesta brevíssima apresentação, tomarei a liberdade de seguir outra sequência; pretendo apenas chamar a atenção para a importância e a riqueza de cada um dos trabalhos.

Começando por onde se deve começar: as fontes – análise, reflexão e publicação. A propósito de uma edição electrónica do *Leal Conselheiro*, João Dionísio revê a linhagem editorial da obra, que teve um antes e um depois de Piel. Essa revisão é exemplar: por um lado, põe em evidência más práticas de utilização do esforço dos outros; por outro sublinha que o trabalho científico é uma empresa colectiva e em cadeia, na qual cada um de nós procura inserir-se, reconhecendo o que foi feito pelos que nos antecederam, procurando acrescentar a nossa própria contribuição útil e tendo a certeza de que depois virão outros para completar, corrigir, sempre continuar esse esforço. O autor lembra ainda os meios mediocres de que Piel dispôs; isso pode explicar muitos dos lapsos de leitura que por vezes tornam difícil de compreender o já razoavelmente indigesto *Leal Conselheiro*. Hoje, quando podemos aceder facilmente ao manuscrito e esclarecer as dúvidas de leitura, esse acto de justiça para com o filólogo alemão é da maior justiça.

Ana Lemos propõe de verdade um novo olhar sobre o *Livro de Horas* de D. Duarte (era o título provisório da sua comunicação): após uma escrupulosa resenha de tudo quanto se foi escrevendo, no estrangeiro e em Portugal, sobre o livro, tentando conhecer o encomendador e o destinatário, o autor (mestre e oficina) e as características da obra, procede a uma descrição codicológica fina, chamando a atenção para a encadernação tardia e para possíveis implicações deste facto, nomeadamente a alteração da ordem original dos fólhos. Assinala interpolações e acrescentos, alguns talvez já do tempo de Afonso V, e reserva uma proposta mais sólida para um dia em que essa encadernação possa ser aberta e se proceda a análises laboratoriais mais conclusivas.

O texto de Isabel Beceiro, a única historiadora estrangeira que participou no colóquio, será daqui em diante, na minha opinião, uma referência obrigatória: a partir de um exercício elementar – comparar as crónicas portuguesa e castelhana (como é que isso não foi feito antes, desde logo por todos os que escrevemos biografias de reis ou de rainhas?) – a autora mostra como, a partir de distintas condições de produção, são propostos diferentes retratos dos monarcas. Os cronistas portugueses, escolhidos e pagos pela Coroa e responsáveis pela Torre do Tombo, evidenciam os reis guerreiros e caçadores, muito austeros, carregados de preocupações e de uma religiosidade quase obsessiva – tudo marcas legitimadoras de uma dinastia bastarda, sublinha Isabel Beceiro; em contraste, as numerosas crónicas castelhanas, muitas delas independentes da Corte régia, quando não hostis a ela, demoram-se menos

nas devoções dos soberanos para valorizar, como no caso de Juan II, as respectivas práticas lúdicas e culturais. Em Portugal, onde a cultura laica se organiza em torno de uma evidente centralidade régia, é surpreendente que Fernão Lopes não dedique sequer algumas linhas à cultura de D. João I. A meu ver, este trabalho mostra como a nossa crítica de fontes – falo especificamente de Fernão Lopes, de Pina e de Zurara – continua insuficiente, como aceitamos com demasiada ingenuidade muito do que eles escreveram, apesar de sucessivas advertências para não o fazermos, como as de Magalhães Godinho e de Armindo de Sousa.

Não me é fácil ‘arrumar’ o texto de Helena Avelar numa secção temática. Esta investigadora tem-se especializado num assunto que entre nós ninguém antes tinha estudado em profundidade: a astrologia e as práticas astrológicas, em especial na Corte. Se o cristianismo sempre teve alguma dificuldade em conciliar predestinação e livre arbítrio, as influências dos astros acrescentam um terceiro factor à equação para o destino dos homens. Cada príncipe lidou com essa dificuldade à sua maneira. No conhecido episódio do levantamento de D. Duarte como rei, onde até hoje temos visto sobretudo o mau presságio que Pina coloca no início do reinado para se confirmar pelos anos seguintes, Helena Avelar prefere destacar a convicção de um monarca profundamente crente de que a sua vontade se poderia sobrepor às conjugações celestes. E nota que se D. Duarte revelou algo tenso para conciliar Deus e as estrelas, já o seu irmão D. Pedro o fez com visível tranquilidade.

Manuel Pedro Ferreira dissecou o “Regimento da Capela”, acabando por propor algumas correcções à lição paleográfica publicada. Estamos no reino da liturgia, mas também no da diversão porque, como explica, eram normais as transferências de cantores entre a capela e a Corte; e, com elas, a convivência e o comércio entre o sagrado e o profano – manifestação cultural muito interessante e nada conhecida. O autor mostra como o “Rito de Salisbúria” acabou por não ser muito mais do que um particularismo trazido por Filipa de Lancaster e que não sobreviveu para além dos seus filhos. O Regimento prova que Duarte sabia bastante de música, de canto, até de interpretação e de acústica. Ou ele ou alguém da sua proximidade.

Vejo algumas afinidades entre as comunicações de Manuela Santos Silva e Ana Maria Rodrigues, que aliás colaboraram de perto na colecção das biografias de rainhas portuguesas. A primeira autora enfrenta um desafio difícil - a educação dos infantes de Avis – questionando com pertinência uma daquelas ‘verdades’ perpetuadas pela inércia: a de que Filipa foi determinante na educação dos filhos (porque o pai teria pouco tempo para isso, soldado e rei de um reino difícil, enquanto a mãe estaria mais por casa, por assim dizer). Depois de evocar o ambiente cultural que se vivia no palácio de John of Gaunt, onde ela cresceu, e de salientar a importância das traduções para português de Chaucer e de Gower, bem estudadas por Peter Russell, bem como a surpreendente ausência de obras em francês, Manuela Santos Silva diz-nos que, em rigor, nada podemos concluir sobre a eventual responsabilidade da rainha na educação dos filhos, à excepção, bem entendido, da de D. Isabel.

Já Ana Maria Rodrigues começa por propor para o debate o conceito de *queenship*, diferente de *kingship*, uma maneira feminina de exercer a realeza (em português a

palavra não tem género). Tenta buscar afectos reais entre Duarte e Leonor para além dos previsíveis estereótipos da crónica, crónica essa de resto pouco simpática para a rainha, “mulher e estrangeira”, como Pina se compraz em repetir. E recorre para isso à deliciosa notícia dos primeiros encontros privados entre os noivos, extraída da carta do Infante D. Henrique ao pai – o único documento em que podemos ter uma ideia mais pessoal do primeiro. A autora procura encontrar assuntos em que a pressão da rainha junto do marido fosse mais evidente: a intervenção de Duarte nos recorrentes sobressaltos causados pelos filhos de Fernando de Antequera e a gestão do seu imenso património. Merece continuar a ser discutido o testamento do rei e a nomeação de Leonor como regente, na eventualidade de Duarte morrer na menoridade do príncipe Afonso, tal como veio a acontecer: prova de especial afecto e proximidade entre os esposos ou mecanismo de sucessão habitual?

Um texto aborda directamente a espiritualidade do soberano, o de Margarida Garcez Ventura, outros três a política régia em relação a vários aspectos da administração e da organização da Igreja. No primeiro, a autora, investigadora experiente do tema, retoma a depressão de D. Duarte numa perspectiva de vivência religiosa: seguindo as conhecidas páginas do *Leal Conselheiro*, aquele longo estado psíquico teria sido interiorizado pelo rei como um pecado, e ultrapassado em conformidade, com fé e penitência. Tudo por dever do ofício de reinar, que ele diz exercer também por imperativo divino. Saul António Gomes e Isabel Castro Pina estudam o clero regular; estes dois trabalhos, tal como o de Lurdes Rosa e o de Margarida Garcez, analisam as tentativas de reformar alguns mosteiros e conventos, para as quais D. Duarte contava com o apoio de D. Gomes, com a oposição cerrada de inúmeros sectores do clero local, liderado pelo arcebispo de Braga, e com decisões hesitantes e contraditórias do papa. Na sequência da sua tese de doutoramento, Isabel Pina destaca o papel dos religiosos que iam estar na fundação dos Lóios, em particular de João Vicente, médico da Corte de D. João I, enquanto Saul Gomes, depois de inventariar as famílias de casas religiosas do reino, através da análise sistematizada das cartas régias procura encontrar tendências de actuação do rei em relação a cenóbios específicos, bem como perceber o que pensavam D. João I, D. Duarte (as ideias deste são também analisadas por Isabel Pina) e D. Pedro da vida e costumes de algumas ordens.

Lurdes Rosa, prolongando o estudo a que procedeu no seu doutoramento, começa por recordar as posições do rei na delicada administração de patrimónios adstritos a capelas ou a fundações pias, que por mexer com últimas vontades precisava, para ser alterada, do *nihil obstat* papal. Mas demora-se sobretudo na precoce vontade de D. Duarte de reorganizar algumas instituições de assistência, através da natural concentração de pequenas casas (e pequenos patrimónios) numa maior, e da nomeação de alguns administradores. Com isto, antecipa bastante uma política que por vezes se atribui apenas a D. Manuel, na sequência da criação dos grandes hospitais, mas que sabemos que começara muito antes.

Para o fim deixei quatro textos do domínio da imagem e da estética. Catarina Barreira, uma das organizadoras deste colóquio, centra-se nas Capelas Imperfeitas,

começando por destacar a posição exterior, junto à cabeceira da Igreja, que considera uma verdadeira afirmação política. Depois reflecte sobre a intervenção arquitectónica de D. Manuel, na qual vê uma forte ligação à de D. Duarte; em concreto, sugere que o programa decorativo das gárgulas daquelas capelas foi inspirado em algumas das preocupações religiosas e morais expressas no *Leal Conselheiro*, em particular as que condenam os pecados dos sentidos e da sensualidade. Horácio Peixeiro e Pedro Flor, em trabalhos interligados, voltam a uma *quaestio disputata*: o retrato de D. Duarte. O primeiro retoma um enigma antigo: quem é o “homem do chapeirão” dos Painéis de S. Vicente e da *Crónica da Guiné* de Paris? D. Henrique, como maioritariamente se tem pensado, ou D. Duarte, como desde há muito alguns defenderam? Numa comunicação que confessa tecida de dúvidas e intuições (não deviam ser todas?), Horácio Peixeiro propõe identificar uma figura representada no manuscrito da *Crónica Geral de Espanha* conservado na Academia das Ciências de Lisboa com aquela personagem que, para ele, é D. Duarte. Pedro Flor passa em revista as principais fontes iconográficas que representam, ou podem representar, D. Duarte: o jacente das Capelas Imperfeitas, a referida gravura da *Crónica Geral de Espanha*, a da *Crónica da Conquista da Guiné*, a dos Painéis (mantendo-se em aberto a questão de saber qual é o rei); e lembra a necessidade de considerarmos, para uma identificação mais segura, as empresas dos príncipes de Avis. Como quase todos os que estudam este período e esta gente, vou colecionando pacientemente bibliografia para um dia em que, com tempo e inspiração, me dedique a escrever ‘o’ trabalho definitivo que vai por fim esclarecer de uma vez por todas famosa “questão dos Painéis”. Até lá, limito-me a aprender com os outros, tomando secreta e furiosamente partido a favor ou contra cada uma das demonstrações. Algo que evidentemente não teria a desfaçatez de fazer aqui, limitando-me a sublinhar o interesse das duas propostas e a seriedade das fundamentações.

Por último, Miguel Metelo de Seixas e João Bernardo Galvão-Telles analisam a heráldica e a emblemática de D. Duarte, relacionando-as com as representações similares do pai e dos irmãos e procurando, para além da mera descrição iconográfica, alcançar os significados e os objectivos propagandísticos e políticos. Os autores concluem que D. Duarte representou uma viragem de enorme significado, já que é com ele que, por um lado, se verificam os primeiros sinais de interferência da Coroa na definição da heráldica da nobreza e, por outro, que ela começa a construção de um discurso emblemático próprio. Baseada numa análise técnica das imagens de grande rigor, esta comunicação tem implicações muito para além da heráldica, por exemplo ao relacioná-la com o processo expansionista português e com as concepções de poder de D. Duarte e de D. Pedro.

Porque este volume é variado e rico, como procurei deixar claro, quando acabamos de o ler apetece-nos discutir muitas das suas propostas, prolongar vários dos caminhos de investigação sugeridos e ensaiar novos. Julgo que devemos aprofundar a reflexão sistemática sobre todas as fontes, das iconográficas às manuscritas – capítulos de cortes, ordenações, cartas régias, bulas e breves, correspondência, as obras de que Duarte é autor, as moedas, as crónicas. O *Livro de Cavalgar*, o *Livro*

de Apontamentos e sobretudo o *Leal Conselheiro* estão muito longe de nos terem dito tudo o que nos podem dizer. Haveria, antes de mais, de introduzir no debate a problemática da autoria na Idade Média, que tem estado ausente dele entre nós, e sem a qual não perceberemos o que são da facto a primeira e a terceira daquelas obras.

Temos de saber quando separar e quando ligar o estudo das práticas religiosas (é apenas a essas, aos comportamentos externos que temos algum acesso; as crenças, o tipo e a intensidade da fé, eram íntimos e morreram com D. Duarte) ao das intervenções para reformar aspectos do funcionamento da igreja regular ou para regular domínios da administração económica, judicial ou fiscal do Reino em que a Igreja estava envolvida.

Acredito que a procura da face do rei, nos “Painéis” e fora deles, tem ainda à sua frente aliciantes trocas de argumentos e de interrogações e está muito longe de encerrada. Bem como a busca do Duarte dos afectos: os do filho, os do noivo e depois marido, os do irmão, os do pai, os do amigo – fascinantes campos que estamos condenados a espreitar pela fechadura de uma porta, sem termos autorização para entrar. Em suma, continuaremos a ser incessantemente desafiados por aquele que um dia escreveu: “o homem sabedor assenhoreia-se das estrelas”!